

UM OLHAR SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO NO BRASIL¹

Atamis Antonio Foschiera - UFT²

RESUMO

O presente artigo visa apresentar uma síntese de ações que marcaram a atuação popular coletiva no Brasil, dando ênfase às orientações colocadas para e pelos movimentos sociais no campo, que passaram a surgir a partir de meados da década de 70, denominados Novos Movimentos Sociais. O artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica que destaca um perfil histórico geral dos movimentos sociais, bem como as características mais específicas dos Novos Movimentos Sociais. Esses ao se estabelecerem no campo fazem frente a forma de exploração capitalista implementada no meio rural. Desse modo, os Novos Movimentos Sociais passam a se metamorfosear na mesma velocidade que o próprio sistema capitalista.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais, Campo, Novos Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This article has the goal to present a synthesis of the actions that determined the collective popular performance in Brazil from the countryside social movement that starts to appear in the mid 1970s, called the New Social Movements. This article is an outcome of a bibliographic research that emphasizes a general historical profile of the social movement, as well as the particular characteristics of the New Social Movements, which ones were established to face the capitalist exploitation in the rural area. Since then, the New Social Movements started to metamorphose (transform) at the same speed that the capitalist system.

Key-Words: Social Movement, Countryside, New Social Movements.

¹Texto organizado a partir de um capítulo da Dissertação do autor realizada no curso de Mestrado em Extensão Rural/UFSM.

² Professor Assistente do Curso de Geografia da UFT Campus de Porto Nacional e pesquisador do NEMAD. foschieraa@uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

A organização e ação popular, defendendo seus interesses, ocorrem de várias formas e vão se transformando no tempo e no espaço.

A partir de um descontentamento e inquietação de um coletivo social, que torna público problemas que estavam restritos a esfera privada, pode-se criar o embrião de um movimento social. Quando ocorre o reconhecimento coletivo de um direito que lhes é negado ou a falta dele, como também, a possibilidade de perda deste direito e essas pessoas, de forma conjunta, passam a lutar por esse direito, tem-se o surgimento de um movimento social.

Nas palavras de Amman (1991, p.2) "*movimento social é uma ação coletiva de caráter 'contestador', no âmbito das relações sociais, objetivando as transformações ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade*".

1 - MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO NO BRASIL

No Brasil, o campo foi e continua sendo local de muitos embates sociais. A luta pela terra pelos que não a possuem; para possibilitar a continuidade de trabalho a quem detém apenas a posses, embora, não tendo documentação sobre elas: - geralmente envolvendo sem terra e posseiros de um lado e os latifundiários e empresas agromercantis de outro - esteve presente no decorrer da história do país.

As lutas, que ocorreram até 1964, eram pontuais, não tinham uma articulação direta entre si. Reprimidos violentamente pelo regime militar, que nesse período se instaurou, os grupos sociais populares organizados, praticamente, desapareceram.

Em meados da década de 70 as organizações sociais voltaram a ocupar espaço, mas de forma renovada, pois grandes transformações haviam ocorrido na forma e nas relações de produção. No campo, estava consolidada a modernização da agricultura, que integrou o setor rural na economia internacional.

Essas lutas sociais que ocorreram e até hoje ocorrem foram periodizadas por Scherer-Warren (1996, p. 65) em:

- a) ocorrência de movimentos sociais que ocorreram até o golpe de 64;
- b) período de refluxo, durante a repressão militar às manifestações da sociedade civil ocorridas na década de 60 e 70;
- c) retomada das manifestações e novas formas de organização camponesa a partir da segunda metade da década de 70.

Muller (1989), analisando as origens dos conflitos, explica que os embates sociais ocorreram em um primeiro momento sobre a discussão latifúndio - minifúndio ou grande empresa agropastoril - pequena produção. Já em um segundo momento acrescenta-se os segmentos indústria e comércio que interagem fortemente na agricultura e o debate passa a ser a exploração por parte dos capitalistas sobre os agricultores.

De uma forma ou de outra, o que fica claro é a exploração que vem ocorrendo por parte de um segmento social (minoritário em nível populacional) sobre um amplo grupo de pessoas envolvidas na produção agrícola.

1.1 - Movimentos sociais que se organizaram até o golpe de 1964

Os movimentos sociais que se encaixam neste período são também conhecidos por "Velhos Movimentos Sociais". Velhos não só por serem mais antigos, mas por apresentarem características próprias de uma determinada época.

Predominavam movimentos sociais ligados a figuras carismáticas, que concentravam grandes poderes sobre seus integrantes, praticamente conduzindo-o por conta própria. A luta armada também foi um marco presente.

Neste contexto, Oliveira (1996) cita vários exemplos de movimentos sociais que se destacaram em nível nacional no campo: Contestado (Santa Catarina e Paraná, 1912); Trombas e Formosa (Goiás, 1952); as Ligas Camponesas (Nordeste, 1950-60).

Esses movimentos sociais sofreram violentos ataques, ocorrendo o assassinato de muitas lideranças e tendo sua desarticulação total com a repressão imposta pela ditadura militar.

1.2 - Novos movimentos sociais (NMS)

Na década de 70, começou a projeção, em nível mundial, de novos movimentos sociais (NMS). No Brasil, surgiram combatendo a repressão imposta pelo Estado a partir da tomada do poder pelos militares (1964) e questionando as formas de dominação que o capital vinha impondo sobre os trabalhadores. Pregaram-se transformações sociais e buscaram-se alternativas que tornassem o mundo mais justo.

Tem sido uma tentativa de ruptura do modelo socioeconômico, que não consegue amenizar os problemas sociais existentes e tem gerado várias crises na sociedade. Buscam o fortalecimento da sociedade civil, para que ela tenha maior poder de decisão sobre seus rumos, incentivando maior participação de mulheres e jovens. Scherer-Warren (1996, p.55) fala que “... *esses movimentos crêem no poder da força comunitária para a constituição histórica do grupo*”.

Como exemplo desses movimentos sociais no campo, que tem uma abrangência nacional, pode-se citar o Movimento dos Sem-Terra (MST); o Novo Sindicalismo Rural; o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA); o movimento dos camponeses integrados e o movimento dos operários do campo³.

Esses NMS priorizam uma maior participação dos integrantes do movimento nas tomadas de decisão, fugindo do autoritarismo e concentração de poder por parte das lideranças. Seus integrantes tornam-se importantes atores sociais, que se destacam no cenário político por suas ações conjuntas, chamando a atenção da sociedade para as imperfeições sociais existentes.

Optam por ações que evitem confrontos armados e outros tipos de violências, transformando suas lutas em lutas políticas, tentando formar uma opinião pública favorável a sua causa. Isso não impede que, eventualmente, ocorram situações de conflitos e/ou de desobediência da ordem, mas sim, que essas situações sejam evitadas.

No meio rural brasileiro os novos movimentos sociais surgem contestando o processo de modernização agrícola e propondo práticas e ações diferentes na agricultura. São grupos sociais que passam a se manifestar, buscando um espaço para si e o seu reconhecimento social já que se encontram em condição de marginalidade. Buscam uma identidade e seu reconhecimento como cidadãos.

³ Para maiores informações consultar C. GRZYBOWSKI, *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. 1991*; A.A. BONIM et. al. *Movimentos Sociais no Campo. 1987*.

Na visão de Almeida (1994, p. 4)

A luta pela terra, a resistência que opõe os pequenos produtores à construção de barragens hidrelétricas que os ameaça de expropriação, as tentativas de implantação de novos assentamentos rurais em áreas conquistadas através da luta pela reforma agrária, as críticas e as reivindicações concernentes às políticas agrícolas do Estado, a experimentação mais ou menos sistemática e organizada de novas tecnologias que sejam mais adaptadas às necessidades e à situação da pequena agricultura, são algumas das orientações que guiam o movimento de contestação atual.

Estes grupos marginalizados pelo processo de modernização da agricultura, procuram um novo modelo produtivo, com condições de ultrapassar a situação em que se encontram. Defendem a organização comunitária e ações coletivas dos envolvidos na busca de um novo projeto social, que possibilite sua manutenção no campo e o reconhecimento social.

O Estado (incluindo seu aparelho ideológico) define-se como condutor do processo de transformação agrícola, que marginaliza e, ao mesmo tempo, favorece uma minoria através de suas políticas agrícolas (latifundiários, empresas agrícolas modernas, grandes empresas nacionais e multinacionais voltadas ao setor agrícola, cooperativas empresariais, etc.). Por isso deve ser combatido, não no sentido de eliminá-lo, mas sim de redefinir suas políticas, no intuito de dar condições de produção a todos.

A identificação de um grupo, aliada ao Estado, que se beneficia das políticas públicas e, a formação de outro que fica excluído, vai determinar a distinção entre *um eles* e *um nós*, conforme o pensamento de Almeida (1994).

Eles, os adversários, são os grupos a quem a atual política econômica estaria beneficiando, que respondem de forma positiva ao projeto de modernização do Estado, que se encaixam dentro dos requisitos necessários para o bom crescimento econômico. *Nós*, são os grupos que ficaram na periferia do modelo "desenvolvimentista", que não se enquadraram na proposta apresentada pelo Estado, pois não preenchiam os requisitos (ou a maior parte deles) necessários para o crescimento econômico desejado.

Na busca da superação dessa dicotomia, ocorre uma tentativa de reafirmação da agricultura familiar, onde o agricultor é o ponto central do processo de produção agrícola; de forma que fatores externos fiquem subordinados a seus interesses. Assim, são os fatores internos que devem determinar a produção e não que a mesma fique à mercê de fatores externos. Para tanto, é preciso sistematizar novas tecnologias apropriadas que minimizem os custos de insumos industriais, sem deixar de garantir a produção adequada.

Entre os agentes sociais que trabalham sob esta ótica, Almeida (1994, p. 35) distingue duas tendências

uma, mais conservadora, que se apegava à conservação do campesinato naquilo que ele tem de primitivo e tradicional; outra, que se esforça em redefini-lo não sob a ótica moderna, tal como preferia o Estado e seus aparelhos e os agentes para-agrícolas, mas o tornando mais autônomo e mais independente.

Ambos os grupos tem uma visão em comum: a união dos esforços é uma alternativa que dará condições para que possam alcançar o desenvolvimento. O simples ato de produzir não é suficiente ao agricultor para ter uma vida digna. É preciso entender todo o processo que envolve a produção. Isso exige a compreensão da conjuntura política, social e econômica em que estão envolvidos. Por isso, é que a organização associativa torna-se um meio de atenuar e rebater os sucessivos problemas causados por um conjunto de políticas que tendem a marginalizá-los economicamente e desqualificá-los como cidadãos.

2 - AÇÕES POPULARES NO BRASIL: MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO

As idéias que fundamentaram e caracterizaram as ações populares do último quartel do século XX, Segundo Scherer-Warren (1996), podem ser organizadas em quatro etapas.

a) Ações que ocorreram até 1970 (antes do surgimento dos NMS) - predominavam duas visões básicas: a **marxista** que buscava uma transformação histórica, a tomada revolucionária do poder, que levaria à mudança do modo de produção. Esta seria a meta a ser alcançada pela classe trabalhadora (transformação macro social) e; a **funcionalista**, baseada em preceitos positivistas, que propunham a transformação através do progresso, da superação da sociedade arcaica e o surgimento de uma sociedade moderna.

Nessas avaliações, a sociedade política é o ponto de destaque.

b) Década de 70 - Passa da luta de classes para os movimentos sociais. Muda-se o pensamento de como encaminhar as lutas sociais, abdicando da transformação macro social em favor de uma ação micro social, onde a soma das pequenas ações locais seriam o marco de transformação social. Abandona-se o estudo das contradições para a análise dos conflitos sociais.

A sociedade civil passa a ser o destaque no processo de transformação social.

c) Os movimentos sociais de base (GRASSROOTS) - década de 80. A visão de cultura popular, que até então era vista como negativa, tanto pelos funcionalistas, que a classificava como arcaica, como pelos marxistas, que a classificava como alienada ou falsa consciência, passou a ser vista de forma positiva, buscando-se na cultura popular os aspectos políticos positivos, a sua autenticidade e sua ação comunitária.

Para Scherer-Warren (1996, p.17), essa nova fase reforçou e expandiu conceitos surgidos na fase anterior (até 1970), pois

A categoria de sujeito popular, para uns, e de ator social, para outros, passa a substituir a categoria de classe social, bem como a de movimento popular e/ou movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder, poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da 'cotidianidade' dos atores envolvidos.

d) Redes de Movimentos Sociais (NETWORKS) - Para os anos 90 estão postos duas visões sobre a questão da organização da sociedade civil.

Uma visão que admite a desorganização social, onde os movimentos sociais não terão um papel de destaque na sociedade, com tendência a desaparecerem, surgindo novos grupos, frutos do processo das transformações que vêm ocorrendo em nível mundial. Na conjuntura atual, esta década (90) se caracteriza por um período de crises e turbulências sociais. Assim, no pensamento de Scherer-Warren (1996, p. 21) "*os organismos da sociedade civil tendem a desaparecer, dando lugar às condutas de crises, tais como bandos de jovens, grupos de delinquentes ou grupos de violência organizada (...) é o 'desmovimento'*".

Uma segunda visão busca, a partir de uma avaliação crítica dos movimentos sociais, novos rumos. É a compreensão do “desmovimento” para criar novas ações que proporcionem uma nova mobilização. Será necessária uma análise que abarque tanto uma visão macro como micro social e as relações provenientes. Essas novas ações serão influenciadas pelas transformações internas e externas que vêm ocorrendo em nível mundial. De acordo com Scherer-Warren (1996, p. 22), “*Trata-se de entender as interconexões de sentidos entre o local (comunitário) e o global (supranacional, transnacional)*”.

As relações entre os movimentos sociais e o Estado é outro ponto que precisa ser compreendido, pois atualmente se encontram em situação muito delicada, já que ambos estão em um período de transformação. No caso do Estado, está se projetando a política Neoliberal em contraposição ao Keynesianismo, eliminando muitas de suas funções, tendo as iniciativas privadas um maior poder de ação. É a busca do Estado mínimo, questionando-se até que ponto o Estado, que deveria estar servindo de mediador na disputa que ocorre entre os donos do capital e os expropriados deste, terá uma importância que seja válida recorrer à sua intervenção.

Torna-se importante uma análise da atual conjuntura, levando em conta os avanços tecnológicos, a aceleração da circulação das informações e o poder de estar sempre atualizado, a função que caberá ao Estado doravante, a união contraditória entre as ações globais e locais, a rede de conexões que está ocorrendo entre indivíduos, grupos, regiões, países. Deve-se entender a globalização e suas contradições. Necessita-se entrar em rede, na Rede dos Movimentos Sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que existam movimentos sociais se faz necessário a discussão no espaço público de situações que afetam um determinado grupo de indivíduos e, que os mesmos, elaborem e executem um projeto de superação do referido problema.

Os movimentos sociais podem surgir motivados tanto por grupos que buscam mudar uma situação existente, bem como, por grupos que querem manter o *status quo*.

Historicamente no Brasil os movimentos sociais foram constantemente reprimidos de forma violenta pelo Estado, sendo que com o Golpe Militar de 1964 ocorreu o quase que total desmantelamento destas organizações.

Os novos movimentos sociais, que vão surgir a partir da década de 70, apresentam-se sob novas estruturas, fortalecendo a participação da sociedade civil em suas mais variadas faces, privilegiando as decisões descentralizadas e reconhecendo as mais variadas formas de identidades em seu interior. São movimentos que buscam sair de isolamentos geográficos expandindo-se por diferentes espaços geográficos e agregando-se a outros movimentos com características semelhantes, formando redes de movimentos sociais.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. **Movimentos Alternativos e de Contestação na Agricultura: Leitura do Social, Disputas e Aspirações**. Porto Alegre, 1994. (Mimeografado).

AMMANN, S.B. **Movimento Popular de Bairro de Frente para o Estado, em Busca do Parlamento**. São Paulo: Cortes, 1991.

BONIM, A.A.; FERREIRA, A.D.D.; HELM, C.M.V. et al. **Movimentos Sociais no Campo**, Curitiba: Ed. da Universidade Federal do Paraná, 1987.

DURHAN, E.R. **Movimentos Sociais: A Construção da Cidadania**. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, (10), p. 24-30, out. 1984.

GOHN, M. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 3. ed., Petrópolis: Vozes/FASE, 1991.

MEDEIROS, L.S. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

OLIVEIRA, A.U. **A Geografia das Lutas no Campo**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Repensando a Geografia).

SCHERE-WARREN, I. **Movimentos Sociais: Um Ensaio de Interpretação Sociológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1989.

SCHERE-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1996.